

CENTRO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DA MARINHA

Termo de Referência 91/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
91/2026	744021-CENTRO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA DA MARINHA	TAIANE DE OLIVEIRA LEANDRO	28/07/2026 15:09 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63075.001541/2026-49

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63075.001541/2026-49)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente termo tem por finalidade a aquisição de mobiliário, para atendimento das necessidades da Superintendência de Sistemas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CHALEIRA ELÉTRICA PRATA E PRETA COM 1150W DE POTÊNCIA E 1,8L DE CAPACIDADE.	605388	und.	4	R\$ 179,00	R\$ 716,00
2	TERMINAL TELEFONE INTELIGENTE DIGITAL TI 5000 PABX.	465497	und.	10	R\$ 1.419,22	R\$ 14.192,20
3	SOFÁ 2 LUGARES, CROMADA, REVESTIDO COURO SINTÉTICO /ECOLÓGICO. COR PRETO. ESPUMA D-33 NO ASSENTO E D-28 NO ENCOSTO E NOS BRAÇOS. 05 PÉS DE ALUMÍNIO. DIMENSÕES: 75Cm (A) x 130Cm (L) x 82cM (P).	622402	und.	10	R\$ 6.931,00	R\$ 69.310,00
	LIXEIRA DE 30L	618278	und.	20	R\$ 284,73	R\$ 5.694,60

4						
5	SANDUICHEIRA MATERIAL: AÇO INOX ESCOVADO TENSÃO: 110 /220 V POTÊNCIA: 2.500 W CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PLACAS ALUMÍNIO FUNDIDO, CONTROLE ALTA SENSIBILIDADE	317762	und.	5	R\$ 1.271,67	R\$ 6.358,35
6	CAFETEIRA ELÉTRICA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL CAPACIDADE: 1,50 L VOLTAGEM: 110 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EXPRESSO, 19 BAR PRESSÃO	613923	und.	4	R\$ 428,33	R\$ 1.713,32
7	CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM 20 DIVISÕES. MATERIAL PLÁSTICO	484432	und.	10	R\$ 43,42	R\$ 434,20
8	CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM 10 DIVISÕES. MATERIAL PLÁSTICO	602594	und.	10	R\$ 23,96	R\$ 239,60
9	CAIXA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM 6 DIVISÕES. MATERIAL PLÁSTICO	368857	und.	10	R\$ 23,39	R\$ 233,90
10	PURIFICADOR DE ÁGUA CONSUL ELETRÔNICO COM REFRIGERAÇÃO – CPB33AF OU SIMILAR.	614139	und.	5	R\$ 1.128,99	R\$ 5.644,95
11	GRILL ELÉTRICO OSTER BURGUER 2 EM 1 COM ESTUFA, 220V, 1000W, OGRL500 OU SIMILAR	302917	und.	4	R\$ 566,96	R\$ 2.267,84
12	LIQUIDIFICADOR COM COPO DE VIDRO POWER 2,2L -127V.	239802	und.	4	R\$ 240,82	R\$ 963,28
13	MÁQUINA LAVA E SECA - ABERTURA FRONTAL; TAMBOR INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL; CAPACIDADE MÍNIMA DE LAVAGEM DE 14 KG E DE SECAGEM DE 8 KG; FUNÇÃO DE LAVAGEM A SECO, VAPOR OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DESTINADA À HIGIENIZAÇÃO DAS ROUPAS E ELIMINAÇÃO DE ODORES; ACABAMENTO EXTERNO NA COR BRANCA OU EM AÇO ESCOVADO; TAMPA COM VISOR EM VIDRO TEMPERADO; VELOCIDADES DE CENTRIFUGAÇÃO	325146	und.	2	R\$ 6.252,00	R\$ 12.504,00

	AJUSTÁVEIS EM 1400, 1200, 1000, 800 E 400 RPM, ALÉM DA OPÇÃO SEM CENTRIFUGAÇÃO; AJUSTE DE TEMPERATURA DA ÁGUA EM FRIO, 20, 30, 40, 50 E 60 °C; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 127 V OU BIVOLT.					
14	CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA COM BRAÇOS DE APOIO FIXO, BASE GIRATÓRIA E RODÍZIOS / RODINHAS - COR PRETA - COURO SINTÉTICO, AJUSTE DE ALTURA À GÁS OU AR COMPRIMIDO - DIMENSÕES APROXIMADAS 75P X 60L X 122A CENTÍMETROS	629986	und.	25	R\$ 1.256,19	R\$ 31.404,75
15	GUARDA ROUPA DE SOLTEIRO 2 PORTAS, COM DIVISÓRIAS E, NO MÍNIMO, 2 GAVETAS. COR: NOGAL SERVILHA. LARGURA (CM): 100 CM. ALTURA (CM): 200. PROFUNDIDADE (CM): 50	631948	und.	3	R\$ 2.288,11	R\$ 6.864,33
16	BANCADA DE 2,00 X 0,60 X 0,92 CM COM ESTRUTURA EM METAL E PINTURA ELETROSTÁTICA E TAMPO DE COMPENSADO NAVAL 40MM. PARTE INFERIOR ABERTA COM PRATELEIRA INFERIOR REFORÇADA EM TODA SUA EXTENSÃO. CAPACIDADE 400KG.	609185	und.	2	R\$ 2.272,14	R\$ 4.544,28
17	JOGO DE PANEIS EM AÇO CIRÚRGICO, ANTI ADERENTE, FUNDO CERÂMICO E 9 CAMADAS. PARA USO EM FOGÕES DE INDUÇÃO (VITRO CERÂMICA)	617399	und.	5	R\$ 738,63	R\$ 3.693,15
18	GAVETEIRO DE ESCRITÓRIO COM 4 GAVETAS, RODÍZIOS, ALTURA 68,4 CM, LARGURA 46,7 CM, PROFUNDIDADE 46,1 CM, COR BRANCO.	617017	und.	14	R\$ 761,50	R\$ 10.661,00
19	CADEIRA SECRETÁRIA PÉ PALITO, SEM BRAÇO NA COR PRETA.	362342	und.	14	R\$ 197,33	R\$ 2.762,62
20	ESPELHO GRANDE CORPO INTEIRO RETANGULAR 164X48CM COM MOLDURA EM MADEIRA.	439635	und.	4	R\$ 462,14	R\$ 1.848,56
21	DISPENSER AUTOMÁTICO DE COPO DESCARTÁVEL	628944	und.	15	R\$ 51,32	R\$ 769,80

	200ML - PARA PRENDER NA PAREDE.					
22	LIXEIRA DUPLA INOX COLETOR COPOS DESCARTÁVEL DE ÁGUA DE 200ML	437143	und.	10	R\$ 271,93	R\$ 2.719,30
23	LIXEIRA COLETORA COPOS PLÁSTICOS DE ÁGUA SIMPLES	607812	und.	20	R\$ 43,17	R\$ 863,40
24	ASPIRADOR DE PÓ 2 EM 1 1500W TURBO CYCLE AP-40-R PRETO 127V	613562	und.	3	R\$ 345,83	R\$ 1.037,49
25	BANDEJA PARA MÁQUINA DOCE GUSTO 48 CÁPSULAS 2 GAVETAS CANTINHO DO CAFÉ, COR PRETADo Café, Cor Preta	637463	und.	2	R\$ 71,23	R\$ 142,46
26	ARMÁRIO ALTO ESCRITÓRIO 2 PORTAS E 5 PRATELEIRAS PRETO ALT. 165CM, LARG. 82CM, PROF. 36CM. COR: PRETO	630285	und.	2	R\$ 1.660,00	R\$ 3.320,00
27	ARMÁRIO BAIXO ESCRITÓRIO COM PRATELEIRA E 1 PORTA BAIXA, L 48CM, A 143CM, P 38CM, COR: NOGAL SEVILHA E PRETO	623587	und.	1	R\$ 1.253,06	R\$ 1.253,06
28	MESA EM L MED 140X140X60X74. (TODA NA COR PRETA) SEM GAVETA - PRODUZIDA TODA EM MDP COM TAMPO E ESTRUTURA ENGROSSADAS DE 30MM.	462552	und.	1	R\$ 1.339,33	R\$ 1.339,33
29	BUFFET APARADOR, MEDIDAS DE 180X43X80 CM , COR PRETO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:- MATERIAL: MDP/MDF ESTRUTURA E TAMPO EM 25MM;- NÚMERO DE PORTAS: 4 PORTAS EM MDF CHANFRADO;- PUXADORES: USINADOS NAS PORTAS C/ ACABAMENTO LAQUEADO;- NÚMERO DE PRATELEIRAS : 2 PRATELEIRAS.	330722	und.	1	R\$ 1.643,26	R\$ 1.643,26
30	ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO MULTIUSO BAIXO FECHADO 2 PORTAS, A 74CM, L 80CM, P 42CM. COR: PRETO. Em MDF.	634093	und.	3	R\$ 676,67	R\$ 2.030,01
31	GAVETEIRO DE ESCRITÓRIO COM 4 GAVETAS, RODÍZIOS, ALTURA 68,4 CM, LARGURA 46,7 CM, PROFUNDIDADE 46,1 CM, COR PRETA.	617017	und.	1	R\$ 873,33	R\$ 873,33

32	GARRAFA INOX TÉRMICA LUMINA, 1 L	624275	und.	10	R\$ 124,01	R\$ 1.240,10
33	SUPORTE FIXO DE PAREDE PARA TVS DE 75", PRETO – FIX600	441157	und.	4	R\$ 183,59	R\$ 734,36
34	MESA EM L COM, 2 GAVETAS. COR: BRANCA, COM ACABAMENTO EM PERFIL PVC NA COR BRANCA. MEDIDAS: 1,20 X1,20M	612102	und.	36	R\$ 795,00	R\$ 28.620,00
35	FORNO DE EMBUTIR ELÉTRICO, COM CAPACIDADE PARA 84 LITROS. INOX ESPELHADO. COM CONVECÇÃO E TIMER TOUCH. TENSÃO 110V	617606	und.	4	R\$ 3.054,74	R\$ 12.218,96
36	MESA REDONDA REUNIÃO: MEDINDO 73CM DE ALTURA E 120CM DE DIÂMETRO, TAMPO CONFECCIONADO DE MDP OU MATERIAL SUPERIOR COM 30MM DE ESPESSURA, FITA BORDA DE 0,5MM. PÉ CANTO CONFECCIONADO EM AÇO COM NIVELADOR. COR: PRETA.	636521	und.	1	R\$ 742,66	R\$ 742,66
37	BALCÃO BUFFET APARADOR 4 PORTAS 2 GAVETAS PRETO - ESTRUTURA PRINCIPAL EM MDF LAQUEADO - TAMPO 100% DE MADEIRA MACIÇA PINUS PADRÃO EXPORTAÇÃO, ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO AMÊNDOA. - DOBRADIÇAS INTERNAS E PUXADORES EM METAL NA COR BRONZE ENVELHECIDO - FECHO MAGNÉTICO - PRATELEIRA INTERNA - CORREDIÇA DE MADEIRA	629350	und.	2	R\$ 2.461,67	R\$ 4.923,34
38	MESA DE JANTAR 6 LUGARES COM CADEIRAS ESTOFADAS PRETO 150CM X 75CM PARA COPA: CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: MATERIAL: BASE: AÇO CARBONO CADEIRA: GRAMPO, TECIDO, MDF, PLÁSTICO E ESPUMA FORMATO DA MESA: RETANGULAR ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA QUANTIDADE DE CADEIRAS: 06 CADEIRAS ASSENTO COM ESPUMA: SIM ENCOSTO COM	458165	und	1	R\$ 1.555,25	R\$ 1.555,25

	ESPUMA: NÃO POSSUI SAPATAS PLÁSTICAS DENSIDADE DA ESPUMA DO ASSENTO: D13. DIMENSÕES MESA: ALTURA: 78 CM LARGURA: 75 CM PROFUNDIDADE: 150 CM DIMENSÕES CADEIRA: ALTURA: 90 CM LARGURA: 37 CM PROFUNDIDADE: 50 CM					
39	BALCÃO MULTIMÓVEIS MULTIUSO FORNO E MICROONDAS, COR: PRETO REF. 4060G 2 PORTAS E 1 GAVETA, ALTURA: 123,00 CM, LARGURA: 62,00 CM, PROFUNDIDADE:43,00 CM, COMPRIMENTO: 127,00 CM	630274	und.	2	R\$ 675,20	R\$ 1.350,40

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do recebimento permanente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Havendo divergências entre a descrição do CATMAT e do exposto neste Termo de Referência, considerar para fins de proposta o constante no Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está alinhado com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, devendo ser observado que o ciclo de vida do objeto contempla a durabilidade mínima esperada, a possibilidade de manutenção preventiva e corretiva, bem como a destinação final adequada dos itens inservíveis, em atenção às diretrizes de sustentabilidade previstas em lei.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, no que couber; e

4.1.3. O Contratado deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 225, CF/88, e em conformidade com o Art. 6º, IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida a apresentação de amostras. Todavia, o Contratado deverá apresentar, quando solicitado, catálogo técnico ou documento equivalente emitido pelo fabricante, que comprove as características e especificações dos bens ofertados.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, para que eventual pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Edifício 26A, pertencente ao Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), localizado no Complexo Naval da Ilha das Cobras (CNIC), com acesso pela Praça Barão de Ladário s/nº, Centro, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.180-001.

5.4. As entregas deverão ocorrer no Paio de Material Comum do Edifício 26A, de segunda a sexta, das 8h às 11h e das 13h às 15h, mediante pré-agendamento junto ao CMS, pelos seguintes telefones: 2178-4374 (1T(RM2-EN) Gabrielli - Fiscal do Contrato) ou 2178-6086 (Paio de Material Comum).

5.5 O pagamento ficará condicionado à apresentação da Nota Fiscal eletrônica correspondente, devidamente emitida em nome do Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), acompanhada do comprovante de entrega e do ateste do Fiscal ou Gestor do contrato.

5.6 Tendo em vista que a entrega ocorrerá em área militar, todos os colaboradores responsáveis da Contratada deverão portar documento oficial de identificação com foto; conduzir veículos com documentação válida e em conformidade com a legislação vigente; observar as normas de vestimenta, sendo vedado o uso de bermudas, roupas rasgadas, camisas de time de futebol e calçados abertos; e, cumprir as demais obrigações de disciplina e segurança estabelecidos pela Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo de garantias comerciais mais amplas oferecidas pelo fabricante.

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Administração.

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração; e

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas a Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave; e

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; e

7.2.4.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF; e

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta da Contratada e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.25.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo. ao contrato administrativo.

8.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/03/2026.

8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO (SRP), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item, observada a proposta mais vantajosa para a Administração.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, de modo a garantir economicidade e a adequada gestão de estoques.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do

Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 249.427,44 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021; e
 - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital [OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica], no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 3.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei; e

5.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

5.6.3. Indenizações e multas.

5.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1. As imagens são ilustrativas.

1.2. Os móveis devem ser em MDF ou material superior, e as peças deverão, ao longo do período de garantia, apresentar superfícies perfeitamente planas, portanto, sem ondulações. Da mesma forma, o revestimento não poderá apresentar descolamentos ou imperfeições.

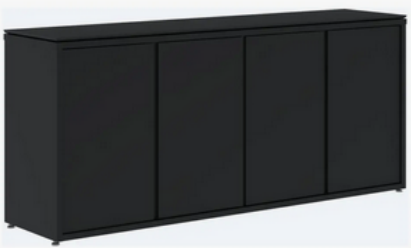
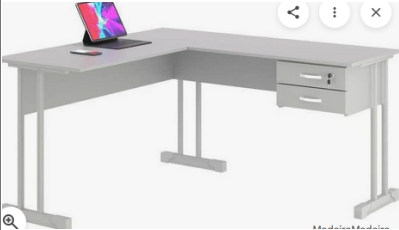
1.3. Os móveis dos itens discriminados nos itens abaixo, devem seguir o mesmo padrão de cor, material e qualidade, descritos nas especificações.

	DESCRIÇÃO DETALHADA	IMAGEM ILUSTRATIVA

ITEM		
03	SOFÁ 2 LUGARES, CROMADA, REVESTIDO COURO SINTÉTICO/ECOLÓGICO. COR PRETO. ESPUMA D-33 NO ASSENTO E D-28 NO ENCOSTO E NOS BRAÇOS. 05 PÉS DE ALUMÍNIO. DIMENSÕES: 75Cm (A) x 130Cm (L) x 82cm (P).	
13	MÁQUINA LAVA E SECA - ABERTURA FRONTAL; TAMBOR INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL; CAPACIDADE MÍNIMA DE LAVAGEM DE 14 KG E DE SECAGEM DE 8 KG; FUNÇÃO DE LAVAGEM A SECO, VAPOR OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, DESTINADA À HIGIENIZAÇÃO DAS ROUPAS E ELIMINAÇÃO DE ODORES; ACABAMENTO EXTERNO NA COR BRANCA OU EM AÇO ESCOVADO; TAMPA COM VISOR EM VIDRO TEMPERADO; VELOCIDADES DE CENTRIFUGAÇÃO AJUSTÁVEIS EM 1400, 1200, 1000, 800 E 400 RPM, ALÉM DA OPÇÃO SEM CENTRIFUGAÇÃO; AJUSTE DE TEMPERATURA DA ÁGUA EM FRIO, 20, 30, 40, 50 E 60 °C; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM 127 V OU BIVOLT.	
14	CADEIRA DE ESCRITÓRIO ERGONÔMICA COM BRAÇOS DE APOIO FIXO, BASE GIRATÓRIA E RODÍZIOS / RODINHAS - COR PRETA - COURO SINTÉTICO, AJUSTE DE ALTURA À GÁS OU AR COMPRIMIDO - DIMENSÕES APROXIMADAS 75P X 60L X 122A CENTÍMETROS	

15	GUARDA ROUPA DE SOLTEIRO 2 PORTAS, COM DIVISÓRIAS E, NO MÍNIMO, 2 GAVETAS. COR: NOGAL SERVILHA. LARGURA (CM): 100 CM. ALTURA (CM): 200. PROFUNDIDADE (CM): 50.	
18	GAVETEIRO DE ESCRITÓRIO COM 4 GAVETAS, RODÍZIOS, ALTURA 68,4 CM, LARGURA 46,7 CM, PROFUNDIDADE 46,1 CM, COR BRANCO.	
19	CADEIRA SECRETÁRIA PÉ PALITO, SEM BRAÇO NA COR PRETA.	

26	ARMÁRIO ALTO ESCRITÓRIO 2 PORTAS E 5 PRATELEIRAS PRETO ALT.165CM, LARG. 82CM, PROF. 36CM. COR: PRETO	
27	ARMÁRIO BAIXO ESCRITÓRIO COM PRATELEIRA E 1 PORTA BAIXA, L 48CM, A 143CM, P 38CM, COR: NOGAL SEVILHA E PRETO. EM MDF.	
28	MESA EM L MED 140X140X60X74. (TODA NA COR PRETA) SEM GAVETA - PRODUZIDA TODA EM MDP COM TAMPO E ESTRUTURA ENGROSSADAS DE 30MM.	

29	BUFFET APARADOR, MEDIDAS DE 180X43X80 CM , COR PRETO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:- MATERIAL: MDP /MDF ESTRUTURA E TAMPO EM 25MM;- NÚMERO DE PORTAS: 4 PORTAS EM MDF CHANFRADO;- PUXADORES: USINADOS NAS PORTAS C/ ACABAMENTO LAQUEADO;- NÚMERO DE PRATELEIRAS : 2 PRATELEIRAS.	
30	ARMÁRIO PARA ESCRITÓRIO MULTIUSO BAIXO FECHADO 2 PORTAS, A 74CM, L 80CM, P 42CM. COR: PRETO. Em MDF.	
31	GAVETEIRO DE ESCRITÓRIO COM 4 GAVETAS, RODÍZIOS, ALTURA 68,4 CM, LARGURA 46,7 CM, PROFUNDIDADE 46,1 CM, COR PRETA.	
34	MESA EM L COM, 2 GAVETAS. COR: BRANCA, COM ACABAMENTO EM PERFIL PVC NA COR BRANCO. MEDIDAS: 1,20X1,20M	

35	FORNO DE EMBUTIR ELÉTRICO, COM CAPACIDADE PARA 84 LITROS. INOX ESPELHADO. COM CONVECÇÃO E TIMER TOUCH. TENSÃO 110V	
36	MESA REDONDA REUNIÃO: MEDINDO 73CM DE ALTURA E 120CM DE DIÂMETRO, TAMPO CONFECCIONADO DE MDP OU MATERIAL SUPERIOR COM 30MM DE ESPESSURA, FITA BORDA DE 0,5MM. PÉ CANTO CONFECCIONADO EM AÇO COM NIVELADOR. COR: PRETA.	
37	BALCÃO BUFFET APARADOR 4 PORTAS 2 GAVETAS PRETO - ESTRUTURA PRINCIPAL EM MDF LAQUEADO - TAMPO 100% DE MADEIRA MACIÇA PINUS PADRÃO EXPORTAÇÃO, ACABAMENTO EM VERNIZ FOSCO AMÊNDOA. - DOBRADIÇAS INTERNAS E PUXADORES EM METAL NA COR BRONZE ENVELHECIDO - FECHO MAGNÉTICO - PRATELEIRA INTERNA - CORREDIÇA DE MADEIRA	
	MESA DE JANTAR 6 LUGARES COM CADEIRAS ESTOFADAS PRETO 150CM X 75CM PARA COPA: CARACTERISTICAS DO PRODUTO: MATERIAL: BASE: AÇO CARBONO CADEIRA: GRAMPO, TECIDO, MDF, PLÁSTICO E ESPUMA FORMATO DA MESA: RETANGULAR ACABAMENTO: PINTURA	

38	ELETROSTATICA QUANTIDADE DE CADEIRAS: 06 CADEIRAS ASSENTO COM ESPUMA: SIM ENCOSTO COM ESPUMA: NÃO POSSUI SAPATAS PLÁSTICAS DENSIDADE DA ESPUMA DO ASSENTO: D13. DIMENSÕES MESA: ALTURA: 78 CM LARGURA: 75 CM PROFUNDIDADE: 150 CM DIMENSÕES CADEIRA: ALTURA: 90 CM LARGURA: 37 CM PROFUNDIDADE: 50 CM .	
39	BALCÃO MULTIMÓVEIS MULTIUSO FORNO E MICROONDAS, COR: PRETO REF. 4060G 2 PORTAS E 1 GAVETA, ALTURA: 123,00 CM, LARGURA: 62,00 CM, PROFUNDIDADE:43,00 CM, COMPRIMENTO: 127,00 CM	

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AIANE FONSECA DE ALBUQUERQUE

Equipe de Planejamento

TAIANE DE OLIVEIRA LEANDRO

Equipe de Planejamento

LUCIANO MAIA RODRIGUES

Ordenador de Despesa